

DIÁRIOS DO PODER

DIRETO DE BRASÍLIA



RODRIGO LOPES

rodrigo.lopes@zerohora.com.br
@rlopesreporter

ESTA COLUNA CONTÉM INFORMAÇÃO E OPINIÃO

Siga o dinheiro

“Follow the money”. Desde que a recomendação proferida por uma até então fonte anônima, conhecida apenas como Garganta Profunda, foi direcionada aos jornalistas do Washington Post que desvendariam a corrupção no governo Richard Nixon, nos anos 1970, essa tem sido a mais antiga técnica de investigação utilizada por repórteres, policiais, serviços de inteligência e órgãos fiscalizadores, como o Ministério Público.

“Seguir o dinheiro” tem servido, há décadas, como o caminho das pedras para se chegar a mandantes de crimes, líderes corruptos e financiadores de atos terroristas. De Watergate até a Lava-Jato. Dos EUA de 11 de setembro de 2001 a, quem sabe, o Brasil de 2022.

Já era hora de se seguir o rastro do dinheiro para responsabilizar quem realmente está por trás dos atos antidemocráticos, que questionam o resultado das eleições e reivindicam intervenção das Forças Armadas. Nada é natural ou espontâneo. Sim, o grosso dos bolsonaristas radicais que estão desde 30 de outubro

em frente a quartéis ou em acostamentos de estradas, tomando chuva quase todo dia, no caso aqui de Brasília, são apenas a infantaria de quem organiza, fornece apoio logístico e estrutural, e principalmente financia os atos.

Basta uma passada pelo “acampamento do golpe”, como foi apelidada a reunião de barracas e caminhonetes em frente ao QG do Exército, aqui, na capital federal, para se perceber que há um grande aparato de organização. Na beira das estradas, nenhum motorista de caminhão, por livre e espontâneo desejo de protestar, pode ficar parado tanto tempo sem prejuízo – nem que seja o dinheiro do frete para sustentar sua família.

Nas 103 buscas feitas em oito Estados ontem pela Polícia Federal (PF), por ordem do ministro do STF Alexandre de Moraes, foram encontradas mais de 10 armas, incluindo uma submetralhadora, um fuzil, um rifle com luneta, e munições. Por que manifestantes teriam esses armamentos, se os

protestos seriam “pacíficos”, como dizem? Para que armamentos? Se os atos em Brasília, na última segunda-feira, seriam obra de grupos infiltrados de esquerda?

Circulei entre quem estava nos protestos na capital federal e quem vandalizava a região central de Brasília. Eram os mesmos que gritavam que “Lula não subirá a rampa” e frases do tipo “Ouça, mundo, preste atenção, queremos Bolsonaro presidente da nação”.

Recolher armas, identificar e prender os autores dos atos extremistas é fundamental.

Mas, mais importante, é chegar aos mentores intelectuais e financiadores.

GZH
Leia outras colunas em gzh.com.br/rodrigolopes

A Justiça deu o primeiro passo, com base em informações de inteligência remetidas pelas polícias civil, militar, rodoviária federal

dos Estados e Ministério Público (MP), quebrando o sigilo bancário e telemático de investigados e determinando o bloqueio de contas de empresários. Nada mais do que o surrado e eficiente “Follow the money”.

Transporte público urbano

Em um estudo elaborado por grupo de trabalho que reúne conselheiros e auditores públicos de tribunais de Contas, entregue na quarta-feira ao vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, estão descritas dificuldades na prestação do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus em todo país.

Entre os principais problemas identificados pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), estão editais baseados em planejamento precário, cálculo tarifário incorreto, feito com base em planilhas defasadas, baixa transparência, deficiente fiscalização da execução do serviço, além de outros. O documento destaca insatisfação dos usuários, tempo excessivo nos deslocamentos, custo dos transportes no orçamento

familiar e diminuição da qualidade de vida pelo aumento dos níveis de poluição e de ruídos.

Para o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) Cezar Miola, também presidente da Atricon, o documento representa o mais amplo diagnóstico realizado sobre o tema no país. O texto não segmenta a situação por Estado, priorizando visão geral.

O trabalho ainda apresenta 28 recomendações aos TCEs. Na visão de Miola, embora o serviço seja de responsabilidade dos Executivos municipais, há necessidade de engajar o governo federal:

– Há problemas que os municípios não conseguem dar conta sozinhos. É também um problema da federação.

Acesse o documento no link gzh.rs/estatri.

Órgãos essenciais

Uma das bandeiras da Atricon em Brasília é aprovação da PEC 02/2017, que deve ser apensada com a PEC 302/2017. Elas estabelecem os tribunais de Contas como órgãos permanentes essenciais ao controle externo da administração pública e vedam a extinção dos tribunais de Contas dos Municípios. Na visão de Miola, garantem segurança jurídica aos TCEs para que seja reconhecido seu caráter como órgão fundamental e permanente, tal qual conferido ao Ministério Público e à Defensoria Pública. As duas PECs serão juntadas para apreciação e votação no plenário da Câmara dos Deputados.

ORDEM DO STF

PF faz buscas em nove Estados para apurar atos após eleições



Na segunda-feira, bolsonaristas radicais atearam fogo em veículos, em Brasília

A Polícia Federal (PF) deflagrou ontem a maior operação já lançada na investigação sobre atos antidemocráticos e cumpriu 103 mandados de busca e apreensão em nove Estados, incluindo o Distrito Federal.

O alvo principal do cerco decretado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), são empresários e outros sob suspeita de organizar e financiarem bloqueios de rodovias promovidos por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, inconformados com a vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo nota divulgada pelo gabinete de Moraes, “os grupos propagaram o descumprimento e o desrespeito” ao resultado das eleições, “além de atuar pelo rompimento do Estado democrático de direito e instalação de regime de exceção, com a implantação de uma ditadura”. Em diligências em Santa Catarina, agentes apreenderam 11 armas, dentre elas uma submetralhadora, um fuzil, além de rifles com lunetas.

No Espírito Santo, a PF prendeu preventivamente quatro acusados de envolvimento em atos antidemocráticos: o vereador Armandinho Fontoura (Podemos), o pastor evangélico Fabiano Oliveira, o radialista Max Pitanguí e o jornalista Jackson Rangel Vieira. Até o fechamento desta edição, eles não tinham se manifestado.

Detalhes

OBJETIVO

• A apuração mira líderes, organizadores, financiadores, fornecedores de apoio logístico e estrutural ao bloqueio de rodovias; proprietários e condutores de caminhões que participaram de atos antidemocráticos e foram autuados; donos de veículos usados para prestar apoio, auxílio logístico ou estrutural às manifestações,

como transporte de pneus a serem queimados, estrutura para barracas e banheiros químicos.

LOCAIS

• Os mandados de busca foram cumpridos nos seguintes Estados: Acre, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina – além do Distrito Federal.